



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA

Curitiba, 27 de agosto de 2014.
OF CIRC 008/2014 - CONSEJ.

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Conselheiro (a):

Cumprimentando-o (a), e conforme é do seu conhecimento, encontra-se em andamento proposta de Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o CONSEJ e o Ministério da Justiça/DEPEN, com o objetivo de fortalecer o **Cadastro Nacional de Pessoas Privadas de Liberdade – CNP**, instituído pelo CONSEJ, a partir dos dados oriundos do **Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN**.

Considerando o contexto de transição entre Infopen e SISDEPEN, e na busca de nova forma de obtenção de informações, o DEPEN, em parceria com o CONSEJ, elaborou formulário encaminhado aos Senhores em data de 21/08/2014, para obtenção dos dados estáticos de 30/06/2014. A versão final desse Formulário/DEPEN será apresentada na reunião a ser realizada em Brasília, nos dias **10 e 11 de setembro de 2014**.

Com o objetivo de acrescentar outras informações àquelas solicitadas pelo DEPEN e considerando a importância do processo de aprimoramento da gestão do sistema prisional, encaminho os Formulários anexos constituídos por: **ANEXO I - Gestão Prisional e Planejamento** e **ANEXO II - Sistema de Informações**, cujos dados também integrarão o Cadastro Nacional de Pessoas Privadas de Liberdade – CNP.

Solicito a devolução dos Formulários preenchidos até o dia **10/09/2014**, por meio do endereço eletrônico maria.tereza@seju.pr.gov.br. Quaisquer informações ou esclarecimentos serão prestados pela servidora Alexandra Carla Scheidt, telefone (41) 3221-7202.

Atenciosamente,

MARIA TEREZA UILLE GOMES,
Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça,
Direitos Humanos e Administração Penitenciária – CONSEJ
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA

ANEXO I

Estado:

Órgão responsável:

Nome do responsável pela gestão prisional:

Resumo das Informações do Sistema Prisional

UNIDADE	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE VAGAS	NÚMERO DE PRESOS	DÉFICIT DE VAGAS
Sistema Penitenciário				
Delegacia de Polícia				
Total				

GESTÃO PRISIONAL E PLANEJAMENTO		
Nº	Questão	Resposta
1	População total do Estado segundo dados do IBGE.	
2	Número total de servidores que atuam na administração do sistema prisional: a) Efetivos b) Outros (Especificar)	
3	Número total de Agentes Penitenciários: a) Efetivos b) Outros (Especificar)	
4	Modalidade de gestão adotado para os estabelecimentos penais e quantidade: a) Pública b) Privada c) Mista c) PPP d) APAC	
5	Quantas vagas faltam para atender o regime semiaberto.	
6	A Resolução n.º 09/2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP elevou a metragem e o custo final para a construção de cadeias públicas? É possível apresentar uma estimativa de cálculo? Se afirmativo, qual o custo da vaga?	
7	A Resolução n.º 09 - CNPCP precisa ser revista? Se for o caso, especificar quais itens.	
8	Quantas obras estão em fase de elaboração de projetos?	
9	Quantas obras de construção e/ou ampliação de novas vagas de estabelecimentos penais já estão contratadas?	
10	Considerando os itens 8 e 9 , quantas vagas serão geradas?	
11	Considerando o item 9 , qual o prazo de início e de término dos contratos?	
12	Considerando o item 9 , qual o custo por vaga?	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA

13	Quantos estabelecimentos penais estão sendo construídos com recursos: a) Governo Federal - Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e outros b) Governo Estadual		
14	Montante de recursos investidos na construção dos estabelecimentos penais pelo Governo: a) Estadual b) Federal		
15	Montante de repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional para outras despesas de investimento no Sistema Penitenciário Estadual (exceto construções).		
16	Quantidade de Mandados de Prisão pendentes de cumprimento no Estado.		
17	Considerando o item 16 e sendo necessário ampliar o número de vagas nos estabelecimentos penais, qual a previsão de tempo e custo aproximado.		
18	Informar se as despesas anuais com o Sistema Penitenciário Estadual e gestão de cadeias públicas estão ou não inseridas em despesas da segurança pública.		
19	Orçamento do Estado destinado à gestão anual do sistema penitenciário:		
	2011 (executado)		
	2012 (executado)		
	2013 (executado)		
	2014 (previsão)		
20	Orçamento do Estado destinado à gestão anual das carceragens sob responsabilidade das Secretarias de Segurança.		
	2011 (executado)		
	2012 (executado)		
	2013 (executado)		
	2014 (previsão)		
21	Qual o custo médio mensal por preso?		
22	As despesas com a educação prisional são financiadas com recursos vinculados à Educação? Em caso afirmativo, qual o investimento previsto para o exercício financeiro de 2014?		
23	As despesas com saúde são financiadas com recursos vinculados à Saúde? Em caso afirmativo, qual o investimento previsto para o exercício financeiro de 2014?		
24	O Estado implantou o sistema de monitoração eletrônica? Em caso afirmativo, qual o número de pessoas submetidas a esse sistema?		
25	Qual o custo per capta/mês da monitoração eletrônica?		



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA

ANEXO II

Estado:

Órgão Responsável:

Nome do responsável pela gestão prisional:

Nome, e-mail e telefone do Funcionário responsável pelo setor de Tecnologia da

Informação:

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES		
Nº	Questão	Resposta
1	Qual o sistema de informações utilizado pelo Poder Executivo para alimentação de dados prisionais?	
	a) Em carceragens de Delegacias:	
	a.1) Sigla	
	a.2) Plataforma	
	a.3) Próprio ou terceirizado	
	a.4) Sistema foi cedido por outro Estado	
	a.5) Sistema foi disponibilizado pelo DEPEN Nacional	
	a.6) O sistema atual atende as principais demandas do Sistema Penitenciário Estadual?	
	b) No Sistema Penitenciário Estadual:	
	b.1) Sigla	
	b.2) Plataforma	
	b.3) Próprio ou terceirizado?	
	b.4) Sistema foi cedido por outro Estado?	
	b.5) Sistema foi disponibilizado pelo DEPEN Nacional?	
b.6) O sistema atual atende as principais demandas do Sistema Penitenciário Estadual?		
2	A Administração Penitenciária deseja substituir o atual Sistema de Informações do Sistema Penitenciário Estadual e do Distrito Federal?	
3	Considerando o item 2 , qual a estimativa de tempo para a substituição?	
4	O sistema utilizado pelo Sistema Penitenciário Estadual e Distrito Federal permite:	
	a) consegue importar dados (via web service) referentes às prisões em flagrante e solturas realizadas pela autoridade policial?	
	b) importar dados da Polícia Civil indicando o nome e local da prisão em carceragens de Delegacias de Polícia?	
	c) alimentar o número único de cada Mandado de Prisão cumprido, com o mesmo padrão adotado pelo Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP do CNJ?	
	d) alimentar o número único de cada Mandado de Prisão cumprido, com o mesmo padrão adotado pelo Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP do CNJ?	
	e) após o cadastrado dos números únicos dos mandados de prisão, lançar os números únicos dos processos criminais no Poder Judiciário, conforme padrão numérico adotado pelo Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP do CNJ?	
	f) alimentar a natureza e quantidade da droga apreendida?	
	g) importar do Poder Judiciário dados por via eletrônica extraídos dos mandados de prisão e alvarás de soltura ?	
	h) importar via web service ou outro meio, dados extraídos dos atestados de pena : número do cadastro do atestado, data da expedição, previsão para progressão, livramento condicional e término de pena?	
5	Qual é o sistema de informações que o Poder Judiciário Estadual utiliza:	
	a) Para o lançamento de processos criminais (PJ-e/CNJ ou outro)	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA

	b) Para o lançamento de processos de execução penal (sistema prisional).	
6	O setor de tecnologia da informação da Secretaria de Estado tem condições técnicas de receber informações do Poder Judiciário, por meio de arquivo eletrônico ou por <i>web service</i> , contendo todos os mandados de prisão das pessoas encarceradas no Estado, no mesmo padrão que é utilizado para envio de dados ao CNJ?	
7	<p>A área de Tecnologia da Informação do Sistema Penitenciário Estadual/DF entende viável implantar um CADATRO ÚNICO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO, que permita importar e cruzar informações prisionais da Polícia (presos em Delegacias), do Sistema Penitenciário Estadual/DF (presos em unidades penais), do Poder Judiciário (e-mandados de prisão e e-alvarás de soltura eletrônicos) e unificar num único cadastro, as informações mais estratégicas de gestão prisional para se ter, no mínimo, o controle exato do fluxo da porta de entrada e saída, o número total de pessoas encarceradas, com ou sem mandado de prisão, com alvará de soltura pendente de cumprimento, e do número de pessoas condenadas as que estão com ou sem atestado de pena.</p> <p>O Cadastro Único de Presos no Estado teria também a função de alimentar diretamente os dados (via <i>web service</i>), diária ou mensalmente, do Cadastro Nacional de Pessoas Privadas de Liberdade – CNP, instituído e gerenciado pelo CONSEJ, e gerar alertas para os casos de não preenchimento de dados na base ou que demandem a tomada de decisões do Secretário</p>	
8	Quais as medidas tecnológicas necessárias para desenvolver o Cadastro Único de Pessoas Privadas de Liberdade no Estado ?	